

ENSINO, SAÚDE E AMBIENTE

As diversas faces do racismo: uma análise interseccional sobre os impactos da necropolítica no Brasil durante a pandemia de Covid-19

The Multifaceted Dimensions of Racism: An Intersectional Analysis on the Impacts of Necropolitics in Brazil

Mariana de Castro Moreira;¹ * Beatriz Perckles de Mello;² Camila Gonçalves da Costa²

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

² Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, RJ, Brasil

Palavras-chave:

psicologia; necropolítica; pandemia; racismo; interseccionalidade.

Resumo: Esse artigo pretende apresentar reverberações do racismo a partir de uma análise interseccional que se configura de modo específico na pandemia de Covid-19, no Brasil, sob um recorte racial, de classe e gênero. Partindo de análises do contexto político e socioeconômico do país, foi realizado um levantamento bibliográfico, e uma análise de mídia sobre dados de saúde no contexto pandêmico voltado para a população negra. Para tanto, foram utilizados conceitos de filósofos como Foucault e Mbembe, assim como falas de personalidades midiáticas para embasar os impactos da necropolítica no Brasil. Foi possível concluir que esta parcela da sociedade sofre ainda mais com o sucateamento de aparelhos públicos que assegurariam a manutenção de direitos básicos de cidadania. Com isso, dispositivos como o poder coercitivo do Estado, ação policial e judicialização da vida se tornam agentes que atuam a favor do racismo de Estado. Nesse sentido, foi possível vislumbrar como a pandemia se tornou mais uma ferramenta de fazer morrer, produzindo uma articulação com o conceito de necropolítica de Mbembe. Somado a isso, temos a omissão do governo então vigente em relação às necessidades da população, com políticas que priorizam a economia em detrimento do bem-estar social. Assim, é possível levantar questões sobre quais práticas estão sendo produzidas no campo psi: se estão alinhadas a uma atuação com compromisso ético, aterradas em seu contexto sociopolítico, econômico e social a fim de promover práticas atreladas à garantia de direitos, ou, a serviço de um funcionamento excludente, corroborando com um fazer necropolítico.

Keywords:

psychology; necropolitics; pandemic; racism; intersectionality.

Abstract: This article aims to provide an intersectional analysis of the reverberations of racism in Brazil, particularly in the context of the Covid-19 pandemic, taking into account the intersecting factors of race, class, and gender. Drawing upon sociopolitical and economic analyses of the country, the research incorporates a bibliographic survey and media analysis, focusing specifically on health data related to the black population during the pandemic. The study employs concepts from philosophers, such as Foucault and Mbembe, along with insights from media personalities, to elucidate the impacts of necropolitics in Brazil. The findings reveal that this segment of society faces exacerbated challenges due to the dismantling of public services that should guarantee their basic rights as citizens. Consequently, mechanisms such as state coercion, police actions, and the judicial system perpetuate and reinforce state-sanctioned racism. The article highlights how the pandemic has become yet another tool “to kill” and illustrates the nexus between these circumstances

* Endereço para correspondência: Universidade Federal Fluminense. Rua Recife, s/n. Jardim Bela Vista - Rio das Ostras - RJ - Brasil. CEP: 28895-532. E-mails: marianacastromoreira@id.uff.br, mellobeatriz@id.uff.br, camilagoncalves@id.uff.br.



and Mbembe's concept of necropolitics. Furthermore, it discusses the previous government's negligence towards the population's needs, prioritizing economic interests at the expense of social well-being. This raises critical questions regarding the practices within the field of psychology, specifically whether they align with ethical commitments grounded in the socio-political, economic, and social contexts to promote rights-based practices or inadvertently contribute to exclusionary dynamics, thus perpetuating necropolitical systems.

“Qualquer aglomeração agora, por mais legítimos que sejam nossos motivos, mano, é pular na ciranda da necropolítica e levar uma onda de contágio pior do que essa que já tá para dentro das comunidades onde vive quem a gente ama. Isso é parte do plano deles” (Emicida, 2020a).

Introdução

O presente artigo tem como disparador a fala acima, pronunciada pelo cantor e compositor Emicida. A partir do contexto pandêmico de 2020, pretende-se analisar como as disparidades sociais e econômicas influenciaram o enfrentamento de determinados grupos, fazendo o recorte específico da população negra. O pronunciamento destacado anteriormente denota alguns desdobramentos do que tem sido a pandemia de Covid-19 no Brasil, assim, partindo de uma discussão racializada, podemos associar com os debates em políticas de saúde, além de construir relações com as teorias de necropolítica de Mbembe e a biopolítica de Foucault. É necessário destacar, sobretudo, o atravessamento interseccional sobre os desdobramentos suscitados pelo período destacado – a partir de um recorte identitário e sua interlocução com sistemas de opressão.

A partir de fevereiro de 2020, quando o primeiro caso foi confirmado no Brasil, configurou-se uma nova realidade no país, que já vinha assistindo através da mídia ao impacto mundial da rápida disseminação do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que de acordo com Werneck e Carvalho (2020, p. 1) “tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século”. A primeira morte pelo vírus da Covid-19 no Rio de Janeiro, trazido por uma pessoa vinda da Itália que contamina sua empregada doméstica, já denunciou como a pandemia viria a afetar pessoas de diferentes classes de maneiras diferentes, uma vez que o contágio só implicou na morte da empregada (Ribeiro; Leist, 2020). Esse caso se torna emblemático por ilustrar tamanha desigualdade entre a classe trabalhadora e a burguesia, ressaltando que a família que contaminou a empregada reside no Leblon, área com o “metro quadrado mais caro do Brasil” (Santos; Pedro, 2020, p. 7). Nessa conjuntura, os moradores da Zona Sul puderam cumprir a quarentena, enquanto a vítima da Covid-19 foi submetida a um trabalho ininterrupto, mesmo no início de uma pandemia.

Com o caso exposto anteriormente podemos perceber que as medidas de isolamento social determinadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) não puderam ser cumpridas

pela empregada, tendo em vista que esta não foi dispensada de seus serviços. Assim, é possível analisar que o distanciamento social, uma das principais medidas de proteção na pandemia, não se apresentou como uma possibilidade para todos os brasileiros. Goes, Ramos e Ferreira (2020, p. 4) indicam que “negras e negros representam a maioria dos trabalhadores informais, de serviço doméstico, comercial, da alimentação, transporte, armazenamento e correio, que se mantiveram ativos, mesmo durante a pandemia”. Enquanto alguns tiveram o privilégio de trabalhar remotamente e cumprir o isolamento social em casas de praia ou casas de campo, outra parcela da população viu-se obrigada a continuar com suas rotinas, sendo submetida à superlotação dos transportes públicos, sem o respaldo de estratégias sanitárias eficientes, como a disponibilização de álcool em gel e distanciamento social no local de trabalho.

Tal fato foi um dos principais argumentos usados por pessoas negras quando eclodiram as manifestações de proporção global contra violência policial, fomentadas pelo assassinato brutal de George Floyd, por um policial branco que se ajoelhou covardemente em seu pescoço, diante de uma denúncia do suposto uso de uma nota falsificada em um supermercado. O ocorrido gerou uma grande comoção mundial, ocasionando protestos mesmo em meio a pandemia, o que gerou divergências quanto ao posicionamento acerca de manter o isolamento social ou ir às ruas expressar sua consternação e indignação.

Outro exemplo que demonstra a dupla preocupação do corpo negro de lidar tanto com o perigo da contaminação quanto o do racismo (Santos; Pedro, 2020) é explicitado no cenário nacional, com o assassinato do menino João Pedro, baleado dentro de sua própria casa durante uma operação em São Gonçalo (RJ), já que a polícia “prosegue com operações nos territórios favelados em tempos de pandemia” (Santos; Pedro, 2020, p. 4). O podcast [Afetos](#), de Gabi Oliveira e Karina Vieira (12 jun. 2020), dedicou um episódio a esses ocorridos que atingem a população negra com um alto impacto e às formas das pessoas lidarem com tamanho transtorno, que se dá de maneiras diferentes: enquanto algumas se sentem incitadas a ir às ruas, outras se preocupam em resguardar suas famílias e ficar em casa, buscando outras formas legítimas de articulação e engajamento. Aqui cabe ressaltar o movimento de solidariedade organizado dentro das próprias comunidades em favelas: as iniciativas têm como objetivo a arrecadação de doações, kits de higiene e cestas básicas para os moradores que se viram desamparados em meio à pandemia.

De acordo com Lima, Lopes, L. e Lopes, B. (2020) a violência policial funciona como um eficiente instrumento de extermínio a serviço do racismo estrutural a partir da tipificação de um perfil criminoso para os negros. As manifestações anteriormente citadas tiveram grande destaque em função dos compartilhamentos nas redes sociais. Sabemos que casos de violência policial ocorrem amplamente contra a população negra e, devido aos recursos tecnológicos mais recentes, tem sido possível registrar esses crimes de violência, por mais que a maior parte continue

permanecendo impune. Nesse âmbito, a *hashtag* “Vidas Negras Importam”, como repercutido nas redes sociais, foi essencial para o engajamento e visibilidade das fatalidades numa escala internacional, apesar de gerarem polarização de posicionamentos, como apontado anteriormente.

Dentro desse contexto, a partir do engajamento nas redes sociais, houve uma ampla cobrança pelo posicionamento de figuras públicas negras, onde destacamos os *rappers* Djonga e Emicida, que tomaram posturas opostas em relação a este dilema. Apesar disso, suas colocações não têm a pretensão de deslegitimar uma à outra, apenas demonstram pontos de vista diferentes que refletem como os afetos de uma população tão heterogênea são movidos de formas diversas. Enquanto o cantor Djonga optou por se fazer presente nas manifestações, Emicida compartilhou em suas redes sociais argumentos para ficar em casa, convidando outros a fazerem o mesmo, por meio de sua influência como figura pública. Como explicitado na frase disparadora, este rapper embasou sua fala na problemática da necropolítica, um conceito desenvolvido pelo filósofo Mbembe, que se pauta na denúncia de uma lógica governamental que naturaliza a morte de corpos negros para manutenção de um estado racista, como será discutido a seguir.

Vivências na pandemia

O contexto esboçado pela Covid-19 produziu novos desdobramentos na vida prática da população mundial, que discutiremos mais amplamente a partir da realidade brasileira. Uma das principais medidas sanitárias de segurança postuladas pela OMS, em dado momento da pandemia, foi o uso de máscaras para proteção individual. O que a princípio parece algo simples toma proporções diferentes num contexto em que pessoas negras se sentem vulneráveis a outro tipo de risco que tem o racismo como base. O que parece um artefato básico que visa diminuir o risco de contágio acaba ganhando um aspecto político no contexto que está inserido, sobretudo em função do corpo que está utilizando-o (Santos; Pedro, 2020). Os atravessamentos supracitados denunciam um funcionamento opressor, que se apresenta de diferentes maneiras, a depender dos corpos que se encontram inseridos nessa dinâmica estrutural. Esta discussão, por conseguinte, incita a referência à abordagem interseccional.

Como introduz Emicida (2020b), em seu documentário [*Amarelo: é tudo pra ontem*](#):

Para muitos, Lélia foi pioneira em tratar sobre a interseccionalidade, que é meio que a sobreposição das identidades e como elas se relacionam com as estruturas de opressão. Algo que só veio a se popularizar de fato recentemente em nossa realidade.

De acordo com Gonzalez (2020), a perspectiva interseccional abrange dimensões de gênero, de raça e classe, a partir de formatos de opressão e hierarquização social, manifestados em sua elaboração de identidade individual e reconhecimento coletivo. Como apresentado no exemplo da primeira vítima da Covid-19, podemos vislumbrar uma representação da interseccionalidade de raça, gênero e classe que percorreu a experiência de trabalhadoras domésticas.

Diante da exposição ao vírus, uma grande quantidade de mulheres desloca-se diariamente de regiões periféricas em direção aos bairros de maior prestígio nas cidades para desempenhar atividades remuneradas, relacionadas ao trabalho doméstico. Essas mulheres, que representam 93,4% dos ocupados nesse setor, são predominantemente negras (66%) e 75% delas estão empregadas informalmente, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) referente ao último trimestre de 2020, como assinalado por Valeriano e Tosta (2021). Além disso, 52,4% delas têm a responsabilidade pelo orçamento doméstico, demonstrando a múltipla jornada enfrentada por estas mulheres, e consequentemente a intersecção entre as diferentes instâncias identitárias. Estes dados dizem sobre uma sobrecarga pré-existente que foi exacerbada na pandemia, onde as demandas de cuidado doméstico foram intensificadas (Valeriano, Tosta, 2021).

Na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplex discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho (Gonzalez, 1982, p. 96 *apud* Valeriano; Tosta, 2021, p. 413).

Como ressalta Crenshaw (2002), mulheres pretas recorrentemente estão situadas em lugares de convergência com recortes discriminatórios outros, como: o de classe, de território, etc. Com efeito, esse arranjo evidencia vulnerabilidades pré-colocadas – exacerbando, assim, uma dinâmica diferente de preconceito e opressão. A interseccionalidade é um conceito que busca compreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre diferentes eixos de subordinação. Esta se refere à maneira como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades fundamentais que moldam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes sociais e outros grupos. Ademais, a interseccionalidade explora como ações e políticas específicas podem gerar formas de opressão que atravessam esses eixos, resultando em processos dinâmicos de desempoderamento (Crenshaw, 2002).

Outra sobreposição discriminatória acentuada no período pandêmico foi a dicotomia entre o uso da máscara para fins protetivos e a insegurança gerada a partir do uso desse dispositivo. Diversos casos, tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, foram relatados por pessoas negras que foram vítimas de racismo por estarem usando máscaras. A insegurança que perpassa a realidade dos corpos negros adicionada à vulnerabilidade do contexto de pandemia os coloca sob um duplo risco. Isto é explicitado na frase declarada por Aaron Thomas, educador no Estado de Ohio, em sua rede social: “Eu quero continuar vivo, mas eu também quero continuar vivo”, o que demonstra o conflito ambivalente vivenciado principalmente por homens negros (CORONAVÍRUS [...], 2020). Há também dois exemplos que podemos ressaltar, ocorridos no Brasil: o caso de Carlos, um estudante que foi impedido de permanecer em um centro comercial por estar utilizando máscara (Porcidonio, 2020), assim como o evento que envolveu Manoel

Soares, um repórter que recebeu comentários como “Esse preto de máscara, Assalto?”, em uma foto sua de máscara publicada em uma rede social (Repórter [...], 2020). Além destes exemplos, cabe destacar um caso trazido no texto de Santos e Pedro (2020) que um dos autores deste trabalho chegou a acompanhar em tempo real com a publicação no *Instagram* no perfil do escritor Roger Cipó, onde ele compartilha a experiência de estar de máscara em um local onde ocorre um assalto, e então ser acometido por um sentimento de medo que o impele a retirar a máscara a fim de não ser confundido com o assaltante em questão. Em poucas palavras, pode-se resumir que:

O racismo, motor dessa necropolítica, é o que faz com que até mesmo nos usos de objetos de segurança sanitária, simples máscaras para cobrir a região da mucosa, a possibilidade do morrer se evidencie. Cabe a esse corpo se articular então com dois perigos: do contágio e do racismo (Santos; Pedro, 2020, p. 13).

De acordo com Santos e Pedro (2020), não é apenas nesse contexto que o racismo coloca corpos negros em risco de vida: através de diversos exemplos, como o caso de Rodrigo, assassinado enquanto usava um guarda-chuva, com o pretexto de que o objeto foi confundido com um fuzil (Moura, 2018) e o caso de Hélio, morto enquanto usava sua furadeira para instalar um toldo (Homem [...], 2010) os autores demonstram como objetos aparentemente neutros são convenientemente confundidos com armas por serem portadas por um perfil previamente traçado, que concebe o corpo negro como perigoso. Ou seja, “todos corpos de homens negros, que tiveram as razões de suas mortes transferidas aos objetos de que faziam uso, forjando o racismo e a política de morte que atravessam o corpo do homem negro” (Santos; Pedro, 2020, p. 11).

Wermuth, Marcht e Mello (2020) apontam que a união entre um saber médico e jurídico construiu uma visão higienista que teve funcionalidade no controle e estigmatização dos corpos negros. A patologização produzida na associação dessa população aos cortiços, que defendia uma ideia de que estes espaços contribuíssem grandemente para a proliferação de doenças, auxiliou no reforço da segregação imposta a esta população. Isso afirmou-se como um embasamento para afastar essas pessoas dos grandes centros urbanos, apartando-os em direção à periferia. Um grande exemplo desse movimento é a reforma da cidade do Rio de Janeiro, no governo de Pereira Passos, que promoveu uma destruição dos cortiços da cidade, fazendo os moradores migrarem para a periferia, processo este que favoreceu o surgimento das favelas.

Não obstante o panorama de saúde de negras e negros no Brasil, é preciso discutir a sua distribuição no espaço geográfico das grandes metrópoles nacionais, que são marcadas fortemente pela segregação residencial racial, onde negras e negros residem às margens, nas franjas das cidades (Goes; Ramos; Ferreira, 2020, p. 4).

Historicamente, nesses locais reside uma maioria de pessoas negras e é inevitável que ocorra a aglomeração nas moradias que compõem esse espaço, geralmente de condições estruturais precárias. Assim, o distanciamento social se torna impraticável, uma vez que muitos residentes devem compartilhar um espaço reduzido, sendo inviável isolar alguém que viesse a

adoecer por um vírus de alta transmissibilidade. Nessas residências, majoritariamente encontramos pessoas com baixos índices de escolarização, em vulnerabilidade social e econômica, que vivem em uma situação precária de saneamento básico, onde muitas vezes falta até mesmo água potável para consumo e itens básicos de higiene como sabão. Lélia González (2018), em seu texto “Situação da população negra”, aborda a existência de uma divisão racial do espaço no país, evidenciando que a população negra está predominantemente concentrada em regiões de menor renda. Isso ocorre, em parte, devido à política histórica de concentração de imigrantes europeus em territórios estrategicamente privilegiados desde a independência. Ademais, o acesso dificultado aos serviços de saúde predispõe esses habitantes a um maior risco de contrair o vírus da Covid-19 e aumentar a transmissão do mesmo (Pereira et al., 2020).

Em vista disso, tendo como base o conceito de território pensado por Milton Santos, explicitado no texto “O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica” de Czeresnia e Ribeiro (2000), podemos compreender que a configuração territorial é produzida através da relação entre a materialidade das coisas e as vidas que a modificam, sendo construídas historicamente, e dessa forma, estão em constante transformação. Nesse contexto, as autoras pensam a partir das ideias de Barreto (1982) como a desigualdade na distribuição territorial afeta diretamente o perfil epidemiológico, que reforça uma máxima que vem sendo desenvolvida neste trabalho: a população de baixa renda sofre maior impacto de contaminação. Ainda nessa perspectiva, Czeresnia e Ribeiro (2000) indicam que a linha da epidemiologia social fundamentada em uma ótica marxista aponta que fatores sociais e econômicos estão diretamente associados aos processos epidêmicos, implicando em um desdobramento dos conceitos relacionados a esse campo que traz novos elementos a serem considerados, como o subdesenvolvimento e as desigualdades sociais. Os estudos que partem dessa lógica relacionam as inconformidades do espaço urbano, que se tornam exorbitantes em áreas periféricas, com a manifestação das doenças que nele ocorrem, o que assinala as conclusões do estudo de Barata (1988 *apud* Czeresnia; Ribeiro, 2000): “apesar da epidemia atingir fortemente todas as áreas da cidade, as áreas mais pobres apresentaram riscos mais altos comparados às áreas central e intermediária da cidade”.

Outra questão que escancara a grande desigualdade na vivência da pandemia é como o isolamento social atravessou de maneiras diferentes a população brasileira. Com base nas contribuições de González (2018), uma análise das consequências decorrentes da dependência das regiões de menor renda aponta que a população mais pobre busca alternativas de sustento ao se deslocar das periferias para os grandes centros. Ademais, diversos indicadores revelam os desafios enfrentados nessas áreas, como a precariedade em infraestruturas de saúde, renda, mercado de trabalho e educação. Tais problemáticas suscitam a negligência estatal em relação

às pessoas que são marginalizadas e desfavorecidas – sendo assim, o racismo é apontado como uma das ferramentas mantenedoras de uma hierarquia de classe (González, 2018). Nesse contexto, a mobilidade social tende a permanecer estagnada, o que, por sua vez, revela uma acentuação da disparidade econômica, denunciando mais uma intersecção entre raça e classe.

Apesar da subnotificação dos casos e a falta de marcadores de raça ou etnia nos boletins epidemiológicos da Covid-19, Goes, Ramos e Ferreira (2020) apontam para como o histórico de ausências de direitos, vulnerabilidade social e econômica, bem como a negligência sofridos pela população negra implicam em um maior desamparo que denuncia quem vai morrer mais. Segundo a publicação do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), no dia 27/05/2020, apresentou-se que “entre os brancos, a taxa de letalidade pela covid-19 é 38%, enquanto entre negros 55%. Esta diferença se repete em todas as faixas etárias.”.

Além disso, de acordo com Ribeiro e Leist (2020) dados do Ministério da Saúde apontam que a taxa de pessoas brancas hospitalizadas por Covid-19 é maior que as de pessoas negras, entretanto, os negros fazem parte de 54.8% das mortes, sendo a maioria desta categoria dependente do sistema público de saúde. Tendo isso em vista, é possível concluir que o sucateamento e a ausência de defesa do SUS faz parte de uma lógica necropolítica que visa o genocídio dessa parcela da população, uma vez que retira a possibilidade de um atendimento básico em saúde. Ademais, somado à prejudicação no acesso à saúde, entre outros diversos fatores que reforçam a dificuldade enfrentada pela população negra nesse contexto, há a continuidade da truculência policial, que segue em suas operações nas comunidades em plena pandemia (Santos; Pedro, 2020).

Necropolítica e Pandemia

O SUS enfrenta diversos desafios para atender um país de dimensões continentais como o Brasil, com todas suas difíceis questões de miséria, desigualdades regionais e sociais. Além disso, sofre com a falta de recursos e o sucateamento de suas instâncias por uma gestão ineficiente agravada por uma estrutura corrupta. Ainda assim consegue ser referência mundial em termos de serviços de saúde pública, enquanto no país é o maior e mais democrático programa de distribuição de renda (Varella, 2019). Os princípios de universalidade e equidade do nosso Sistema Único de Saúde o colocam como o maior responsável pela seguridade de direitos e justiça social, ainda mais tendo em consideração que a maioria esmagadora da população negra é dependente dos seus serviços (Santos; Pedro, 2020).

Werneck e Carvalho (2020) apresentam as condições desfavoráveis com as quais o Brasil recebe a pandemia do novo coronavírus, das quais podemos ressaltar o alto índice de desemprego, com o boicote das políticas sociais, além da recente imposição de restrição aos

limites de gastos públicos em relação às políticas econômicas por parte do governo então vigente, representando por Jair Bolsonaro. Esse conjunto de fatores tem representado uma violenta supressão nos investimentos em saúde e pesquisa no país, precisamente quando mais precisávamos de um amparo sólido no campo da ciência e tecnologia para fortalecer os princípios doutrinários do SUS de universalidade, equidade e integralidade (Baptista, 2007). Em detrimento disto, o que vemos é uma ausência na credibilidade dos dados epidemiológicos, que tem sido alvo de críticas pela ampla subnotificação de casos e óbitos e pelo baixo número de testagens, refletindo a inaptidão e as decisões polêmicas e controversas de governantes negacionistas nas diferentes instâncias governamentais em relação às medidas de segurança, tomadas tardiamente, como a decisão sobre o isolamento social e o fechamento do comércio.

Devemos levantar nossas vozes em defesa do sistema único de saúde e exigir que os que hoje governam o país se engajem na defesa da vida do nosso povo, do contrário, serão responsabilizados pela promoção daquilo que se apresenta potencialmente como uma das maiores tragédias sanitárias já vividas neste país (Werneck; Carvalho, 2020, p. 4).

Através de uma aula sobre “Necropolítica, saúde e racismo” disponibilizada pelo *I Simpósio sobre Saúde Pública: Saúde é democracia e democracia é saúde* no dia 27 de julho de 2020, transmitida online pelo *Youtube*, o professor Renato Nogueira deu importantes contribuições acerca da lógica que estrutura o funcionamento da necropolítica em uma realidade neoliberal, associada ao contexto instaurado pela Covid-19. Nogueira (2020), fundamentado nas postulações de Mbembe, aponta que a estratégia básica da necropolítica é selecionar um inimigo interno que deve ser eliminado, seguindo uma visão judaico-cristã onde apenas determinadas pessoas serão dignas de ter acesso ao reino dos céus, e assim, os demais poderiam ser suprimidos sem a possibilidade de comoção, remontando a estrutura de um Estado racista.

Nesse sentido, apenas uma “tribo eleita”, e aqui vale ressaltar que esse grupo seria formado por pessoas brancas que foram eleitas para acessar o paraíso, teria a possibilidade de usufruir de direitos básicos e privilégios; enquanto pessoas que não se encaixam nesse perfil sofreriam com a precarização de estruturas governamentais. Isto é, a precarização em serviços básicos de atendimento à população cumpre um papel de fazer a terra ser habitável apenas para alguns. Com efeito, Nogueira (2020) afirma que o plano de desmonte ao SUS faz parte da necropolítica, uma vez que este resultaria na eliminação de uma parcela da população brasileira, na qual, como vislumbrado no corpo deste artigo, tem um perfil pré-estabelecido e delimitado. O professor encerrou sua fala colocando que a Covid-19 se tornou uma ferramenta fascista da necropolítica, uma vez que as pessoas fragilizadas socialmente se encontram em meio a dificuldades no acesso à saúde, enquanto pessoas majoritariamente brancas desfrutam de um

atendimento satisfatório, muitas vezes disponibilizado por caros planos de saúde, o que retoma a ideia de uma tribo eleita (informação verbal).¹

O filósofo Mbembe (2003 *apud* Lima; Lopes, L.; Lopes, B., 2020) amplia o conceito de biopolítica postulado por Foucault, em uma delimitação do perfil de um inimigo tomado pelo Estado como aquele que deve ser eliminado, conforme apresentado no seu conceito de necropolítica (política de morte). Com isso em vista, é importante atentarmos para os impactos desse necropoder no funcionamento do Estado e os mecanismos utilizados para pôr essa lógica em atuação. No caso do Brasil, Lima, Lopes, L., e Lopes, B. (2020) apontam para o sistema penal como a ferramenta da qual o Estado, munido por este necropoder, utiliza para consumir esse direito de matar, mais especificamente, a população negra e pobre. A partir da construção, nada arbitrária, deste inimigo anteriormente citado é então constituído um estado de exceção, calcado na desumanização de certos corpos em vista da justificativa de uma guerra declarada. Atentado para isto podemos refletir que:

Muito antes de balas perdidas encontrarem corpos negros, estes colidem com diversas estruturas historicamente construídas, e atualmente corroboradas no sistema penal do país, portanto, não basta observar, é preciso questionar as esferas responsáveis para que o preto político de morte seja tão bem sucedido em um suposto estado democrático de direito (Lima; Lopes, L.; Lopes, B., 2020, p. 153).

Para Foucault, o racismo está a serviço do biopoder, na medida que a divisão dos homens em raças contribui para uma consequente hierarquização entre elas, atribuindo um juízo de valores que classificam determinados grupos como inferiores e desprezíveis. Ademais, também opera difundindo no senso comum a fantasia de que a eliminação desses sujeitos poderá assegurar um bem-estar social, o que reitera a operacionalidade do biopoder através do racismo no cotidiano, legitimando as mortes pelas mãos dos agentes de um Estado racista (Wermuth; March; Mello, 2020).

Essa lógica de desumanização perpassa então pela elaboração de um perfil criminoso que captura corpos negros em uma associação direta que lhes aparta de qualquer qualidade humana digna de empatia (Lima; Lopes, L.; Lopes, B., 2020). Nessa perspectiva, esses autores analisam a reação popular de medo frente às manifestações organizadas pela população negra, saturada da violência policial e da morte dos seus em seu próprio território (Lima; Lopes, L.; Lopes, B., 2020). Nesses casos, é comum que os grupos brancos, mais privilegiados, que ocupam a cidade se sintam mais sensibilizados em relação a qualquer patrimônio que venha ser

¹ Informações fornecidas pelo professor Renato Nogueira, professor de Filosofia do Departamento de Educação e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no I Simpósio pela Saúde Pública: “Saúde é Democracia e Democracia é Saúde”, organizado pelo Centro Acadêmico Sir Alexander Fleming (CASAF) da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

depredado do que com as vidas negras que foram ceifadas pelo Estado que deveria protegê-las, o que relaciona intrinsecamente o capitalismo à necropolítica.

Considerações finais

No final de 2020, às vésperas do Dia da Consciência Negra, mais um homem negro é espancado até a morte por dois homens brancos, um segurança e um policial militar temporário, no supermercado Carrefour na Zona Norte de Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Becker; Ageitos; Valle, 2020). Os casos que denunciam a violência a qual nos propusemos analisar neste artigo se acumulam à enésima potência, e são reiteradas pelo Atlas da Violência (IPEA, 2020) com dados atroz: entre 2008 e 2018 a taxa de homicídios com vítimas negras cresceu 11,5% enquanto a taxa com vítimas não-negras caiu em 12,9%. No ano de 2018, negros representaram 75,7% das vítimas de homicídio. Ainda assim, vemos pronunciamentos como o do então vice-presidente Mourão afirmando que não houve racismo no caso porque “*no Brasil não existe racismo*” (Gullino, 2020).

Santos e Pedro (2020) nos ajudam a pensar sobre a lógica por trás de tal argumentação, que traz em si o mito da democracia racial e a fábula de que em um país tão heterogêneo como o Brasil quaisquer questões raciais problemáticas seriam inimagináveis e inconcebíveis. Nesse sentido, é preciso transpor a responsabilidade dessas mortes seja para questões pessoais, seja para o porte de objetos através da alegação de legítima defesa, ou em qualquer grau que assente sobre a vítima o peso de sua própria morte.

Inicialmente, o objetivo principal deste artigo era oferecer reflexões sobre as manifestações realizadas internacionalmente, sobretudo acerca de como esse processo se apresentou para a população negra. Todavia, quando iniciamos nossas pesquisas bibliográficas e debates sobre o assunto pensado, concluímos que o tema abrangia muitos outros pontos cruciais que deveriam ser levados em conta, sendo uma tarefa difícil a seleção dos aspectos mais relevantes que seriam trazidos para o corpo do texto. Para além da decisão sobre ir ou não aos protestos, é importante pensar sobre o que sustenta a necessidade de realizar os mesmos: a violência policial e o genocídio negro promovido pelo Estado. Toda essa estrutura social está baseada em uma política de morte, que é um dos conceitos que busca explicar a perpetuação do racismo em suas diferentes faces. A perspectiva futura não parece promissora, o otimismo é difícil de ser mantido, os números falham em traduzir a dureza da perda, mas os créditos devem ser devidamente concedidos à resiliência da resistência negra que luta há séculos sem perder de vista um horizonte de liberdade.

A pandemia no Brasil teve início em março de 2020 e em maio de 2023 foi declarado o seu fim. Apesar do término da pandemia declarado pela OMS, persiste a necessidade de uma

análise ampliada sobre o impacto de uma política de morte voltada para a população negra, bem como de uma atenção dedicada aos grupos mais vulneráveis. Isso se torna particularmente acentuado à luz dos recentes ataques racistas envolvendo o jogador Vini Jr. (Bocatto; Borges, 2023) e outras manifestações explícitas de racismo amplamente divulgadas pela mídia, as quais se somam às agressões veladas vivenciadas diariamente por pessoas pretas.

Quando se fala em racismo estrutural, é preciso atentar ao passado e analisar o presente como faces da mesma moeda, na medida em que os corpos submetidos a escravidão são hoje atingidos pelas balas “perdidas” de um projeto genocida de higienização social (Lima; Lopes, L.; Lopes, B., 2020, p. 164).

Sobre as autoras

Mariana de Castro Moreira

<http://lattes.cnpq.br/3845822942108462>

Professora adjunta no Curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - UFF/Rio das Ostras. Docente colaboradora no PPG EICOS/UFRJ (Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Coordenadora do Laboratório de Psicologia, Políticas Públicas e Educação Popular do Curso de Psicologia da UFF/Rio das Ostras. Áreas de interesse: Psicologia, Psicologia Social, Psicossociologia de Comunidades e processos grupais; Educação Popular e Processos participativos e racializados de construção de conhecimento. Movimentos sociais e Organizações da Sociedade Civil: participação no fortalecimento dos processos de democratização. Políticas públicas e sistemas de garantias de direitos. Possui doutorado (2014) e mestrado (2000) em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialização em Psicologia Social (Aprovada no concurso do Conselho Federal de Psicologia, 2012). Especialização em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância (PIGEAD/UFF, 2016). Graduação em Psicologia pela UFRJ (1997). Possui experiência docente no Ensino Superior desde 1999 e em pesquisa desde 1994. Foi professora substituta do Departamento de Psicologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) nas disciplinas Psicologia Escolar, Psicologia aplicada à Educação, Psicologia Social e Psicologia Social Comunitária, Pesquisa intervenção. Possui experiência na gestão de projetos sociais e educativos junto a Organizações da Sociedade Civil desde 1991. Participou de diversos conselhos formuladores de Políticas Públicas. É autora de artigos e livros publicados nas áreas de atuação. Atualmente, é associada à ABRAPSO (Associação Brasileira de Psicologia Social), à ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negros), à ABPP (Associação Brasileira de Psicologia Política) e à ANPEPP (Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia), integrando o GT Psicologia e Relações Étnico-raciais. Fez parte da diretoria nacional da ABRAPSO entre 1999/2000.

Beatriz Perkles de Mello

<https://lattes.cnpq.br/9555894984070498>

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, 25 anos, participou do projeto de estágio Avaliação Terapêutica mediada por tecnologias digitais, integrou os projetos de extensão “Abrindo os caminhos hoje para rescrever o pensamento de ontem: Por uma epistemologia decolonial”, T.R.A.M.P.O e Laboratório de Políticas Públicas. Atuou no projeto de extensão “Da escola para o trabalho” e “Oficinas Integradas EJA-UFF”.

Camila Gonçalves da Costa

<https://lattes.cnpq.br/4110116430384956>

Mulher negra, Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, 24 anos, integrante do Coletivo Negro Fuzuê, extensionista dos projetos Psicofluxe-se e T.R.A.M.P.O, participante do Laboratório de Práticas Integradas em Vivências Acadêmicas; Acolhimento Estudantil e Saúde Mental; Laboratório de Políticas Públicas e Núcleo de Estudos sobre Bissexualidade.

Como citar este artigo:

ABNT

MOREIRA, Mariana de Castro; MELLO, Beatriz Perkles de; COSTA Camila Gonçalves da. As diversas faces do racismo: uma análise interseccional sobre os impactos da necropolítica no Brasil durante a pandemia de Covid-19. **Ensino, Saúde e Ambiente**, Niterói, v. 17, e58638, 2024. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a58638>

APA

Moreira, M. C., Mello, B. P., & Costa, C. G. (2024). As diversas faces do racismo: uma análise interseccional sobre os impactos da necropolítica no Brasil durante a pandemia de Covid-19. **Ensino, Saúde e Ambiente**, 17, e58638. <https://doi.org/10.22409/resa2024.v17.a58638>

Copyright:

Copyright © 2024 Moreira, M. C., Mello, B. P., & Costa, C. G. Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

Copyright © 2024 Moreira, M. C., Mello, B. P., & Costa, C. G. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

Editora responsável pelo processo de avaliação:

Luiza Rodrigues de Oliveira

Referências

BAPTISTA, Tatiana Vargas de Faria. Histórias das políticas de saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: MATTA, Gustavo Corrêa; MOURA, Ana Lúcia de (Org.). **Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde**. 2007. p. 29-60.

BARRETO, Maurício Lima. **Esquistossomose mansônica: distribuição da doença e organização social do espaço**. 1982. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1982.

BECKER, Laura; AGEITOS, Jefferson; VALLE, Karine Dalla. Homem é espancado e morto em supermercado da zona norte de Porto Alegre; dois são detidos. **GZH Segurança**, Porto Alegre. 19 nov. 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/11/homem-e-espancado-e-morto-em-supermercado-da-zona-norte-de-porto-alegre-dois-sao-detidos-ckhpn8jju000d0137d5ubu0yy.html>. Acesso em: 20 Nov. 2020.

BOCATTO, Daniel; BORGES, Murilo. Vinicius Jr. e racismo: LaLiga vê brasileiro como ‘o cara’ do campeonato e age para evitar imagem arranhada. **ESPN**, 28 abr. 2023. Disponível em: https://www.espn.com.br/futebol/real-madrid/artigo/_/id/11964998/vinicius-jr-racismo-laliga-brasileiro-como-cara-campeonato-age-para-evitar-imagem-arranhada. Acesso em: 4 jun. 2024.

CORONAVÍRUS: racismo impede que alguns negros usem máscaras feitas em casa. **UOL**, São Paulo, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/04/07/coronavirus-racismo-impede-que-alguns-negros-usem-mascaras-feitas-em-casa.htm>. Acesso em: 13 nov. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>

CZERESNIA, Dina; RIBEIRO, Adriana Maria. O conceito de espaço em epidemiologia: uma interpretação histórica e epistemológica. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 595-617, jul.-set. 2000. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2000000300002>

EMICIDA. **Por quê eu não vou nos protestos de domingo!** 5 jun. 2020a. X: @emicida. Disponível em: <https://x.com/emicida>. Acesso em: 3 jun. 2024.

EMICIDA. Amarelo: é tudo pra ontem. **Netflix**, 2020b. Vídeo (89 min). Disponível em: <https://www.netflix.com/br/title/81306298>. Acesso em: 3 jun. 2024.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00278110, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>

GONZÁLEZ, Lélia. Mulher negra. In: _____. **Primavera para as rosas negras**: Lélia González em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018. p. 265-282.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2020.

GULLINO, Daniel. Governo diz que não há racismo no Brasil, após assassinato de João Alberto em Porto Alegre. **O Globo**, 20 nov. 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/sociedade/mourao-assassinato-no-supermercado-nao-foi-racismo-porque-nao-existe-racismo-no-brasil-24757759?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo. Acesso em: 20 nov. 2020

HOMEM é morto ao ter furadeira confundida com arma. **G1**, 19 maio 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/05/homem-e-morto-ao-ter-furadeira-confundida-com-arma.html>. Acesso em: 12 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 20 nov. 2020.

LIMA, João Gilberto do Nascimento; LOPES, Laura Guilherme; LOPES, Barbara Guilherme. Quando balas perdidas encontram corpos negros: uma análise da atuação estatal no Rio de Janeiro sob o conceito de necropolítica. **Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais**, v. 6, n. 3, p. 148-167, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/Missoes/article/view/103391>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MOURA, Carolina. PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas. **El País**, Rio de Janeiro, 19 set. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html. Acesso em: 13 nov. 2020.

NOGUERA, Renato. Simpósio pela Saúde Pública | Necropolítica, saúde e racismo. **Youtube**, 27 jul. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=GOMwGj_jq_k. Acesso em: 13 nov. 2020.

OLIVEIRA, Gabi; VIEIRA, Karina. Protestos em meio a pandemia. **Afetos**, 12 jun. 2020. Podcast (31 min). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1JcT8bRHuZ6AmvwJpnbAnF?si=5TdcEvQPR8OTryB6EwRm1g>. Acesso em: 11 nov. 2020.

PEREIRA, Renata Junqueira et al. The risk of Covid-19 transmission in favelas and slums in Brazil. **Public Health**, v. 183, p. 42-43, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2020.04.042>

PORCIDONIO, Gilberto. Estudante que usava máscara contra coronavírus acusa de racismo segurança de loja. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 abr. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estudante-que-usava-mascara-contr-coronavirus-acusa-de-racismo-seguranca-de-loja-24361169>. Acesso em: 11 nov. 2020

REPÓRTER da Globo é alvo de racismo ao usar máscara: ‘não vou dar audiência’. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 9 maio 2020. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/05/reporter-da-globo-e-alvo-de-racismo-ao-usar-mascara-nao-vou-dar-audiencia.shtml>. Acesso em: 13 nov. 2020.

RIBEIRO, Fabiana; LEIST, Anja. Who is going to pay the price of Covid-19? Reflections about an unequal Brazil. **Int J Equity Health**, v. 19, art. 91, 2020. <https://doi.org/10.1186/s12939-020-01207-2>

SANTOS, Lucas Gabriel de Matos; PEDRO, Rosa. Máscara e homem negro: entre o contágio e o racismo em um regime necropolítico. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 32, e020017, 2020. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32240337>

VALERIANO, Marta Maria; TOSTA, Tania Ludmila Dias. Trabalho e família de trabalhadoras domésticas em tempos de pandemia: uma análise interseccional. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3. p. 412-422, set.-dez. 2021. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.3.40571>

VARELLA, Drauzio. Sem o SUS, é a barbárie. **Uol**, 22 ago. 2019. Disponível em: <https://drauzioarella.uol.com.br/drauzio/artigos/sem-o-sus-e-a-barbarie-artigo/>. Acesso em: 11 nov. 2020.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi; MARCHT, Laura Mallmann; MELLO, Letícia de. Necropolítica: racismo e políticas de morte no Brasil contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 2, p. 1053-1083, 2020. <https://doi.org/10.12957/rdc.2020.49790>

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, e00068820, 2020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00068820>